

MENSAGEM Nº 452

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de agosto de 2022.

Brasília, 29 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e junto à República de Malta, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 479/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 11 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **FERNANDO SIMAS MAGALHÃES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 11/08/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3557384** e o código CRC **2A0AFBE0** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FERNANDO SIMAS MAGALHÃES*

CPF.: 221.169.311-34

ID.: 5114 MRE

1957 Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercilia Fava Simas Magalhães, nasce em 16 de outubro, na cidade do México/DF, México (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 CAD - IRBr
1998 CAE - IRBr, Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica
1998 Curso de Teoria das Relações Internacionais, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Equador

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
1982 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-84 Divisão das Nações Unidas, assistente
1984-87 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
1987-90 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios
1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
1992-93 Departamento das Américas, Coordenador Executivo
1992 Instituto Rio Branco, Professor-assistente de Temas de Política Internacional
1993-96 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1996-99 Embaixada em Quito, Conselheiro
1999-2001 Divisão da América Meridional-II, Chefe
2001-03 Secretaria-Geral, assessor
2003-05 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-07 Missão junto à OEA, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2007-10 Departamento da África, Diretor
2010-15 Embaixada em Quito, Embaixador
2013 LVIII Curso de Altos Estudos (CAE), Vice-Presidente da Banca Examinadora
2015-16 Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
2016-18 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, Subsecretário-Geral
2018-21 Missão Permanente junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), Representante Permanente
2021- Secretário-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral

Condecorações:

1996 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1996 Medalha do Pacificador, Brasil
2002 Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador
2002 Ordem ao Mérito Naval, Brasil, Comendador

2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2003	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2014	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2018	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2019	Medalha Exército Brasileiro, Brasil
2021	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

1990	"The Impact of East-West Confidence-building Measures on Global Security: A view from the South" in "DISARMAMENT - United Nations", Volume XIII, Number 1
2017	"O Brasil e a Proteção Internacional de Refugiados", Revista Interesse Nacional, ano 10, número 39

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

ITÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km²
POPULAÇÃO (2022)	59,19 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2019)	Católicos, 78,9%; cristãos ortodoxos, 4,6%; muçulmanos, 1,9%; outros cristãos, 1,5%; protestantes, 0,6; outras, 2,6%; sem religião, 11,7%
FORMA DE ESTADO	Unitário
FORMA DE GOVERNO	República
SISTEMA DE GOVERNO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral / Câmara dos Deputados e Senado
CHEFE DE ESTADO	Sergio Mattarella (desde fev/2015)
CHEFE DE GOVERNO	Mario Draghi (desde fev/2021. Apresentou pedido de renúncia em 21/7/2022)
CHANCELER	Luigi Di Maio (desde set/2019)
PIB (2021)	US\$ 2,1 trilhões
PIB PPC (2021)	US\$ 2,7 trilhões
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 35,4 mil
PIB PPC PER CAPITA (2021)	US\$ 46,1 mil
VARIAÇÃO DO PIB	2,3% (2022E), 6,6% (2021), -9,0% (2020), 0,5% (2019)
EFETIVOS MILITARES (2019)	342.000
ORÇAMENTO – DEFESA (2020)	US\$ 28,9 bilhões (1,6% do PIB)
IDH (2019)	0,892
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)	82
ALFABETIZAÇÃO	99%
DESEMPREGO (5/2022)	8,1%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francesco Azzarello (desde jan/2020)
EMBAIXADOR EM ROMA	Hélio Vitor Ramos Filhos (desde set/ 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA (2020)	161 mil

CORRENTE COMERCIAL – US\$ bilhões						
Brasil → Itália	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	7,0	7,7	8,5	7,8	7,1	9,3
Exportações	3,3	3,6	3,6	3,1	3,1	3,9
Importações	3,7	4,2	4,9	4,7	4,1	5,5
Saldo	-0,3	-0,6	-1,3	-1,5	-1,0	-1,6

APRESENTAÇÃO

A Itália é uma república parlamentar unitária, localizada no centro-sul da Europa. Os Estados independentes de San Marino e do Vaticano são enclaves no interior do território italiano, enquanto Campione d'Italia é um exclave italiano na Suíça. A Itália é membro fundador da União Europeia e parte da zona do euro, além de ser membro do G8, G20, OTAN, OCDE, Organização Mundial do Comércio (OMC), Conselho da Europa, União da Europa Ocidental e da Organização das Nações Unidas. A República Italiana tem papel proeminente nos assuntos políticos, econômicos, militares, culturais e diplomáticos europeus e mundiais.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DA ITÁLIA – SERGIO MATTARELLA



Antes de assumir o mais alto cargo do país, em fevereiro de 2015, Sergio Mattarella teve longa e bem-sucedida vida pública. Goza do respeito da classe política e de elevada popularidade entre os cidadãos italianos. Entusiasta da diplomacia e do diálogo multilateral, tem convicções europeístas.

Nascido na capital siciliana de Palermo, em 1941, entrou na política em 1983, conquistando um assento na Câmara dos Deputados. Reeito por seis vezes, integrou

sete legislaturas, até 2008, primeiramente pela Democracia Cristã, mais tarde por agremiações de centro-esquerda e finalmente pelo Partido Democrático (PD), que integrou até 2009.

Foi Ministro das Relações com o Parlamento de 1987 a 1989, Ministro da Educação de 1989 a 1990, Vice-Primeiro-Ministro de 1998 a 1999 e Ministro da Defesa de 1999 a 2001. Em outubro de 2011, integrou a Corte Constitucional, como juiz, cargo que ocupou até 2015. Foi eleito, em janeiro de 2015, nos termos da Constituição, Presidente da República, com mandato até fevereiro de 2022, pela maioria absoluta dos parlamentares e de 58 delegados regionais.

Em 29 de janeiro de 2022, foi reeleito pelo Parlamento italiano, para mais de sete anos de mandato. Trata-se da segunda vez em que um presidente é reeleito na história do país.

PRIMEIRO-MINISTRO DA ITÁLIA – MARIO DRAGHI



Nascido em Roma, em 1943. Iniciou sua carreira como economista. Na década de 1980, trabalhou para o Banco Mundial, em Washington D.C. Em 1991, retornou a Roma, para tornar-se Diretor Geral do Tesouro Italiano. Deixou essa função após uma década, para integrar-se aos quadros do banco de investimentos Goldman Sachs, onde permaneceu até 2006, quando foi indicado ao cargo de Governador do Banco da Itália. Seu mandato como Governador coincidiu com a crise financeira de 2008, em cujo contexto Draghi foi selecionado como o primeiro “Chair” do Conselho de Estabilidade

Financeira (FSB). Já em 2011, foi indicado pelo Conselho Europeu para servir como Presidente do Banco Central Europeu. Em 3 de fevereiro de 2021, foi convidado pelo Presidente Mattarella para formar governo de união nacional, após negociações exitosas com os partidos Liga, Movimento Cinco Estrelas, Partido Democrático e Forza Itália. Após crise na coalização, apresentou pedido de renúncia em 21/7/2022, que foi aceito pelo Presidente Matarrella. Permanecerá encarregado dos assuntos administrativos correntes até a realização de eleições antecipadas, previstas para 25/9/2022.

**MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL –
LUIGI DI MAIO**



Nasceu em Avellino, em 06 de julho de 1986. Nas eleições de 2013, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 21 de março de 2013, tornou-se o Vice-Presidente mais jovem da Câmara dos Deputados. Em setembro de 2017, Di Maio foi eleito primeiro nome da lista e chefe político de seu partido, Movimento 5 Estrelas (M5S), com mais de 82% dos votos. De 2018 a 2019, foi Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e das Políticas Sociais.

Em 2019 foi indicado Chanceler no governo Conte, tendo sido reconduzido ao cargo por Mario Draghi em fevereiro de 2021. Sua gestão à frente da chancelaria pode ser considerada como de continuidade das linhas tradicionais da política externa italiana, notadamente o pertencimento à Aliança Atlântica e a prioridade ao aprofundamento e fortalecimento da União Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre Brasil e Itália possui lastro em amplo espectro de afinidades, favorecido pela presença, no Brasil, de mais de 30 milhões de descendentes de italianos - a maior das numerosas diásporas italianas no mundo - e de mais de 100 mil brasileiros residentes na Itália - inclusive aqueles com dupla nacionalidade.

Em 2007, as relações bilaterais foram alçadas à categoria de Parceria Estratégica, que prevê cooperação em matéria de comércio, finanças, defesa, ciência e tecnologia, cultura, turismo e esporte e confere especial ênfase ao diálogo político. Os dois países possuem três instrumentos centrais de cooperação que preveem reuniões periódicas: o Conselho de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento (de 1997); o Mecanismo de Consultas Políticas (de 2010); e a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia. Em 11 de junho de 2018, realizou-se, em Roma, a IV Reunião de Consultas Políticas. Os outros dois mecanismos reuniram-se pela última vez em Brasília em 2015.

O dinamismo do relacionamento bilateral faz-se notar no intenso ritmo de visitas de autoridades de alto nível. Em janeiro de 2019, o presidente Bolsonaro manteve reunião com o Primeiro-Ministro italiano, Giuseppe Conte, à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos, ocasião em que ambos registraram o interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral.

Em janeiro de 2019, a ministra da Defesa italiana, Elisabetta Trenta, visitou o Brasil. No mês de fevereiro, o Secretário de Estado de Assuntos Políticos da Farnesina, Guglielmo Picchi, esteve no Brasil. Também em fevereiro, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, recebeu o deputado Luís Roberto Lorenzato, de nacionalidade ítalo-brasileira e um dos representantes no parlamento da Itália da comunidade italiana residente na América do Sul. O ex-Chanceler manteve, em visita a Roma, de 6 a 8 de maio de 2019, reuniões com autoridades e empresários. O senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, visitou o Monumento Votivo de Pistoia em maio de 2019, no contexto das celebrações dos 75 anos dos combates na região por soldados brasileiros. Além disso, em 2019, houve visitas, ao Brasil, do Ministro de Políticas Agrícolas, Alimentares, Florestais e do Turismo, Gian Marco Centinaio, e do Subsecretário Picchi (13/02).

Em 2020, estava prevista viagem presidencial, no contexto das celebrações

dos 75 anos da participação brasileira na Campanha da Itália. A viagem, no entanto, teve de ser adiada, em razão da pandemia de COVID-19. Apesar da crise sanitária, mantiveram-se frequentes contatos telefônicos entre o então Chanceler Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Luigi di Maio.

Em 2021, observou-se retomada de contatos de alto nível, com a presidência italiana à frente do G-20 e a co-presidência na COP-26, em Glasgow. Em maio, o Chanceler Carlos França conversou por telefone com Luigi Di Maio, quando discutiram, entre outros temas, meio ambiente e mudança do clima; comércio e investimentos bilaterais; e a ampliação da agenda bilateral positiva, inclusive no escopo da presidência italiana à frente do G-20. Em julho, o então Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou de reunião ministerial conjunta do G-20, em Nápoles. Em agosto, à margem das reuniões do G20 sobre economia digital e pesquisa, ocorreu, em Trieste, encontro bilateral do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, com o Ministro de Desenvolvimento Econômico da Itália, Giancarlo Giorgetti. Em setembro, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, manteve reunião bilateral com sua contraparte italiana, o Ministro da Saúde Roberto Speranza, à margem da Reunião dos Ministros da Saúde do G-20, em Roma.

Ainda em 2021, no mês de outubro, o Presidente Jair Bolsonaro foi recebido por seu homólogo, Sergio Mattarella, à margem da cúpula do G-20, em Roma. Na mesma ocasião, o Ministro das Relações Exteriores Carlos França reuniu-se com o Chanceler Luigi di Maio.

Em 2022, o subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação Internacional, Manlio Di Stefano, realizou visita ao Brasil, tendo sido recebido pelo Chanceler Carlos França, entre outras autoridades.

Na esfera legislativa, o relacionamento bilateral tem sido impulsionado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Itália. Criado em 2003, o grupo é composto por deputados de ambos os países e tem trabalhado para o fortalecimento dos laços econômicos, políticos e culturais.

POLÍTICA INTERNA

A Itália é uma república parlamentarista. O Presidente da República é o cargo máximo do Estado. Além de possuir funções de representação da unidade nacional e de garantidor do respeito à carta constitucional, tem também um certo número de funções

dentro dos campos executivo, legislativo e judiciário. Eleito pelo Parlamento para mandatos de sete anos, o Chefe de Estado italiano promulga leis, nomeia alguns membros de importantes organismos institucionais, é presidente do Conselho Superior da Magistratura, controla recursos extraordinários da administração pública, pode reenviar às casas parlamentares um ato legislativo, pode conceder anistia e é o comandante supremo das forças armadas.

O Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) é nomeado pelo Presidente da República, que é livre na sua escolha, embora deva considerar a formação política do parlamento, já que o novo Chefe de Governo precisa receber o “voto de confiança” dos parlamentares para que possa iniciar suas atividades. Disso resulta que, de maneira geral, se escolhe um nome que represente a maioria dos partidos no Parlamento. O Presidente do Conselho é o quarto cargo no sistema político italiano, depois dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. É, no entanto, o principal administrador do Estado, desempenhando papel central como articulador político.

As últimas eleições italianas ocorreram em 04/03/2018. A coalizão de centro-direita, liderada por Força Itália (FI) e Liga, obteve o maior número de votos totais (37%), mas o "antissistema" Movimento Cinco Estrelas (M5S) foi o mais votado individualmente (32,2%). Em 31/5/2018, o M5S e a Liga ganharam o aval do presidente Sergio Mattarella para iniciar governo conjunto, que tomou posse em 01/06/2018, liderado por Giuseppe Conte. Matteo Salvini e Luigi Di Maio tornaram-se vice-premiês. Salvini (Liga) passou a ocupar o Ministério do Interior, enquanto Di Maio assumiu o Ministério do Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e das Políticas Sociais.

Em agosto de 2019, a Liga pediu voto de desconfiança do Primeiro-Ministro Conte, que, apesar de não ser filiado a nenhum partido, foi indicado pelo M5S. Em uma sequência de ações do Parlamento, aprovou-se coalização entre o M5S e o Partido Democrático, com a manutenção de Conte no cargo de Primeiro-Ministro.

Luigi di Maio foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo reforçado sua pasta com temas econômicos, anteriormente atribuídos à sua posição como Vice-Primeiro Ministro. O Governo Conte-II tomou posse em 5 de setembro daquele ano. Além de M5S e PD, sua base de apoio incluiu o pequeno partido de esquerda Livres e Iguais (LeU), além do Itália Viva (IV), agremiação criada no mesmo mês de setembro pelo ex-Premiê (2014-2016) democrata e, hoje, Senador Matteo Renzi.

Em janeiro de 2021, o Primeiro-Ministro Conte submeteu-se a voto de moção de confiança no Senado. A moção foi aprovada por 156 votos, ante 140 contrários e 16 abstenções, resultado que configura maioria simples, suficiente para a vitória, mas que gerou abalo na continuidade do governo. Dias depois, Conte apresentou sua renúncia ao Presidente Sergio Mattarella. Em pronunciamento à nação, Mattarella surpreendeu ao propor um governo de iniciativa presidencial, indicando Mario Draghi como Primeiro-Ministro. O Presidente justificou a decisão afirmando dispor de "dois caminhos excludentes entre si": a nomeação de um novo governo, capaz de enfrentar "as graves emergências sanitária, social, econômica e financeira", ou convocar eleições antecipadas.

A administração Draghi caracterizou-se pelo apoio dos principais partidos políticos nacionais, o que lhe conferiu característica de governo de consenso, com orientação europeísta e atlanticista. O chanceler Luigi Di Maio foi reconduzido ao cargo.

O Primeiro-Ministro Mario Draghi apresentou renúncia em 14/7/2022, após a retirada do apoio do Movimento 5 Estrelas (M5S), segundo maior parceiro da coalizão de governo. A crise que levou à retirada do voto de confiança atingiu o ápice com a decisão do M5S de abster-se de votar, no Senado, decreto-lei de medidas econômicas emergenciais e ajuda social no valor de 26 bilhões de euros.

O Presidente Sergio Mattarella – responsável pela nomeação de Draghi para liderar a recuperação econômica após a pandemia – recusou-se a aceitar a demissão e instou o Premiê buscar preservar o governo de unidade nacional. Os principais aliados na coalizão – Lega, Forza Italia e M5S - abstiveram de apoiar a resolução pertinente, e Draghi não logrou obter o voto de confiança necessário para se manter no cargo.

Em 21 de julho, o Primeiro-Ministro apresentou novo pedido de renúncia, acolhido pelo Presidente Mattarella, que dissolveu o parlamento e convocou eleições antecipadas para o dia 25 de setembro de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa italiana tem como principais eixos norteadores o pertencimento à OTAN, à União Europeia e a aliança com os Estados Unidos. Autoridades italianas costumam mencionar que sua diplomacia é fundamentada na posição "ocidental, transatlântica e europeísta". Para a Itália, a Europa é parte

indispensável de sua identidade nacional e ponto de partida para enfrentar os desafios globais. Com a saída do Reino Unido do bloco europeu, a Itália tem-se posicionado mais claramente no centro decisório comunitário, como uma das três principais economias da UE.

No entanto, é no Mediterrâneo que a Itália acredita poder desempenhar papel particularmente importante, atuando como defensor da paz, das oportunidades de cooperação e do diálogo com o Norte da África. Merece particular atenção do governo italiano a situação no norte da África e os fenômenos da radicalização religiosa e da migração em grande escala no Mediterrâneo. A questão migratória ganhou importância estratégica para a Itália, a ponto de se tornar um dos principais assuntos no debate político interno. Mais recentemente, com a eclosão da guerra na Ucrânia, a Itália demonstrou muita agilidade no reforço da parceria com a Argélia, seu principal fornecedor de gás após a Rússia.

No "Mediterrâneo ampliado", que abarca o norte da África e o Oriente Médio, a Itália tem como prioridade máxima a estabilização da Líbia, onde tem interesses de segurança (controle migratório e combate ao terrorismo) e econômicos (petróleo e gás). A Itália apoia solução política para o conflito, sob a liderança da ONU, e mantém cerca de 450 militares desdobrados no país africano.

Com a América Latina, a Itália mantém vínculos históricos, políticos, socioeconômicos e linguísticos. O Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA) é expressão do interesse italiano pela região.

Percebe-se, na política externa da Itália, valorização renovada do multilateralismo, com destaque para a presidência italiana do G20 (dez 2020 a nov 2021) e a copresidência, junto com o Reino Unido, da COP-26, realizada em Glasgow, de 1 a 12 de novembro de 2021. Antes disso, o país integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas da ONU, em 2017, além de sediar, no mesmo ano, a cúpula do G7. Em 2018, o país ocupou a presidência de turno da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2021, a corrente comercial entre Brasil e Itália voltou a crescer, após queda em 2020. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Economia, a corrente de comércio bilateral, em 2021, alcançou US\$ 9,3 bilhões, um aumento de 31% em relação ao ano anterior. A Itália ocupou o 15º lugar na classificação dos destinos das exportações brasileiras e o 7º como fonte de importações. A balança comercial com a Itália é historicamente deficitária.

Em 2021, os principais produtos exportados foram: celulose (16%), café não torrado (12%), minério de ferro e seus concentrados (11%) e soja (9,9%). Nas importações, predomina a diversidade de produtos manufaturados, com destaque para medicamentos e produtos farmacêuticos, excluindo veterinários (8,6%); partes e acessórios de veículos (7,8%); e outros medicamentos, incluindo veterinários (5,1%).

Entre janeiro e junho de 2022, a corrente de comércio foi de US\$ 5,2 bilhões (expansão de 11% em relação ao mesmo período de 2021), entre exportações (+23%) e importações (+2,2%). Os itens mais vendidos foram celulose (16%), café não torrado (16%) e soja (11%).

O relacionamento econômico-comercial entre Brasil e Itália pode ganhar novo fôlego à luz da conclusão do acordo de cooperação birregional Mercosul-UE. A Itália deverá ser um dos principais beneficiários do acordo, tendo em conta a proximidade cultural com os países da região, o histórico de investimentos italianos na economia do Mercosul e a tradição exportadora de sua indústria.

Os investimentos diretos italianos no Brasil representam ponto central da pauta econômica bilateral. Em 2015, foi assinado Memorando de Entendimento sobre troca de informações quanto a processos de concessões públicas. A importância do investimento italiano é indicada também pela presença de importantes grupos empresariais, tais como FIAT, Pirelli, Tim e ENEL. As mais de 1.000 companhias italianas instaladas no Brasil geram em torno de 150 mil empregos diretos no país. Os investimentos com maiores aportes de recursos são os de empreendimentos imobiliários, telefonia, comércio atacadista de alimentos, fabricação de máquinas e equipamentos, peças e acessórios para veículos.

O tecido produtivo italiano comporta grande rede de pequenas e médias empresas com alta capacidade de competição em mercados externos. Não obstante, nos últimos anos, assistiu-se a processo de falência e realocação de muitas empresas, sobretudo no setor têxtil. Ademais, o país conta com grandes grupos como ENEL, ENI, Fiat, Pirelli, Leonardo Finmeccanica e Telecom Itália, que estão concentrados, sobretudo, no norte e

centro do país. Originalmente, muitos desses grandes grupos eram empresas estatais. A produção industrial italiana é a segunda maior da Europa, com importantes nichos de alta tecnologia.

Os dados disponíveis indicam estoques de investimentos italianos da ordem de US\$ 7,7 bilhões, segundo o critério de participação no capital (BACEN, 2021). Vale recordar que, em 2018, a ENEL adquiriu a Eletropaulo pelo valor de US\$ 1,48 bilhão. Do lado brasileiro, os investimentos são bastante mais modestos, com estoques da ordem de US\$ 593 milhões, conforme o critério de posição em participação no capital (BACEN, 2021). Existem aproximadamente 20 empresas brasileiras de grande porte operando em território italiano, entre as quais o Banco do Brasil, a Rigamonti (alimentício), a Rádio Antena 1 (comunicação), a Embraco (compressores para refrigeração) e a Alpargatas (calçados).

ECONOMIA

A Itália ocupa a nona posição entre as maiores economias do mundo, com PIB de US\$ 2,09 trilhões (BM, 2021).

Após queda de 9% do PIB em 2020, a Itália cresceu, em 2021, 6,6%, melhor resultado desde 2017.

Para fazer frente à crise econômica advinda da pandemia de COVID-19, o Parlamento italiano aprovou, em 27/4/2021, o "Plano Nacional de Recuperação e Resiliência" (PNRR), no âmbito do "Next Generation EU" (plano de recuperação econômica de longo prazo da UE), que prevê a injeção de recursos da ordem de EUR 1,8 trilhão nos países comunitários durante o período 2021-2026. À Itália, concedeu-se a maior porção do orçamento do pacote (EUR 221 bilhões). O plano pretende tornar o país mais sustentável, resiliente e preparado para os desafios e oportunidades das transições verde e digital. Uma das principais expectativas sobre o governo Draghi dizia respeito a sua capacidade de atender aos requisitos da Comissão Europeia para a implementação do plano "Next Generation EU".

Apesar da recuperação pós-pandemia, a economia italiana apresentava trajetória de crescimento modesto em anos recentes, devido tanto a desafios externos – como o Brexit, a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a desaceleração europeia (especialmente da indústria automotiva alemã) – quanto internos. Entre os últimos,

merecem destaque aspectos ligados ao setor bancário; à produtividade; à dinâmica demográfica; e ao endividamento do setor público – cerca de 156% do PIB (FMI, 2022).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

878	Os árabes dominam a região da Sicília
1061	Ocupação dos povos normandos na região da Sicília
Séc. XIII	Domínio político das grandes cidades-estado: Veneza, Gênova, Milão e Florença
Séc. XVI	A Península Itálica torna-se o berço do Renascimento
1713	Grande parte do território do norte da Península Itálica passa para o domínio austríaco
1796	Tropas francesas de Napoleão Bonaparte invadem a Itália
1848/49	Primeira Guerra de Independência
1859	Segunda Guerra de Independência
1861	Proclamação do reino da Itália com Vitor Emanuel como soberano
1870	Roma torna-se a capital da Itália moderna
1922	Implantação do regime totalitário
1929	Tratado de Latrão, assinado entre o Vaticano e o governo italiano
1939	Segunda Guerra Mundial
1943	A Itália rende-se aos aliados na II Guerra Mundial
1945	A Itália sai derrotada da II Guerra, e Mussolini é assassinado pelos antifascistas
1946	Proclamação da moderna República Italiana
1949	A Itália adere à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
1955	A Itália passa a fazer parte da ONU (Organização das Nações Unidas)
1958	A Itália entra na União Europeia
2010	A Itália enfrenta grave crise econômica, com alto desemprego, fraco crescimento econômico e aumento da dívida pública.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1861	Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro
1870	Início da imigração italiana para o Brasil
1891	Reconhecimento da República brasileira pela Itália
1942	Brasil decreta guerra a Alemanha e Itália
1944	Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália e embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália

1965	Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiano, Giuseppe Saragat
1975	Visita à Itália do Chanceler Azeredo da Silveira
1997	Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso
2000	Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi
2005	Visita à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2007	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi e assinatura de parceria estratégica Brasil-Itália
2009	Visitas à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o G-8 e para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontros com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2010	Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi em Washington, à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; assinatura do Plano de Ação da Parceria Estratégica; visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi
2011	Visita a Roma do Ministro Antonio de Aguiar Patriota, para as celebrações dos 150 anos da Unificação Italiana
2012	Visita a Roma do Vice-Presidente da República, Michel Temer
2013	Encontro, na Itália, entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Giorgio Napolitano
2013	Reunião, em Nova York, entre os Chanceleres Luiz Alberto Figueiredo Machado e Emma Bonino
2015	Visita à Itália da Presidente Dilma Rousseff (11 de julho)
2015	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália - São Paulo e Brasília (3 a 6 de novembro)
2017	Visita do Ministro Aloysio Nunes à Itália (Roma, 13 de novembro)
2018	Visita do Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália, Angelino Alfano (Brasília, 22 de fevereiro)
2019	Visita do senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, às cidades de Pistoia e de Gaggio Montano (maio); e visita do Chanceler Ernesto Araújo a Roma (maio)
2021	Reuniões do Presidente Jair Bolsonaro com o Presidente Sergio Mattarella e do Ministro Carlos França com o Ministro Luigi di Maio à margem da cúpula do G-20, em Roma (outubro)

ACORDOS BILATERAIS

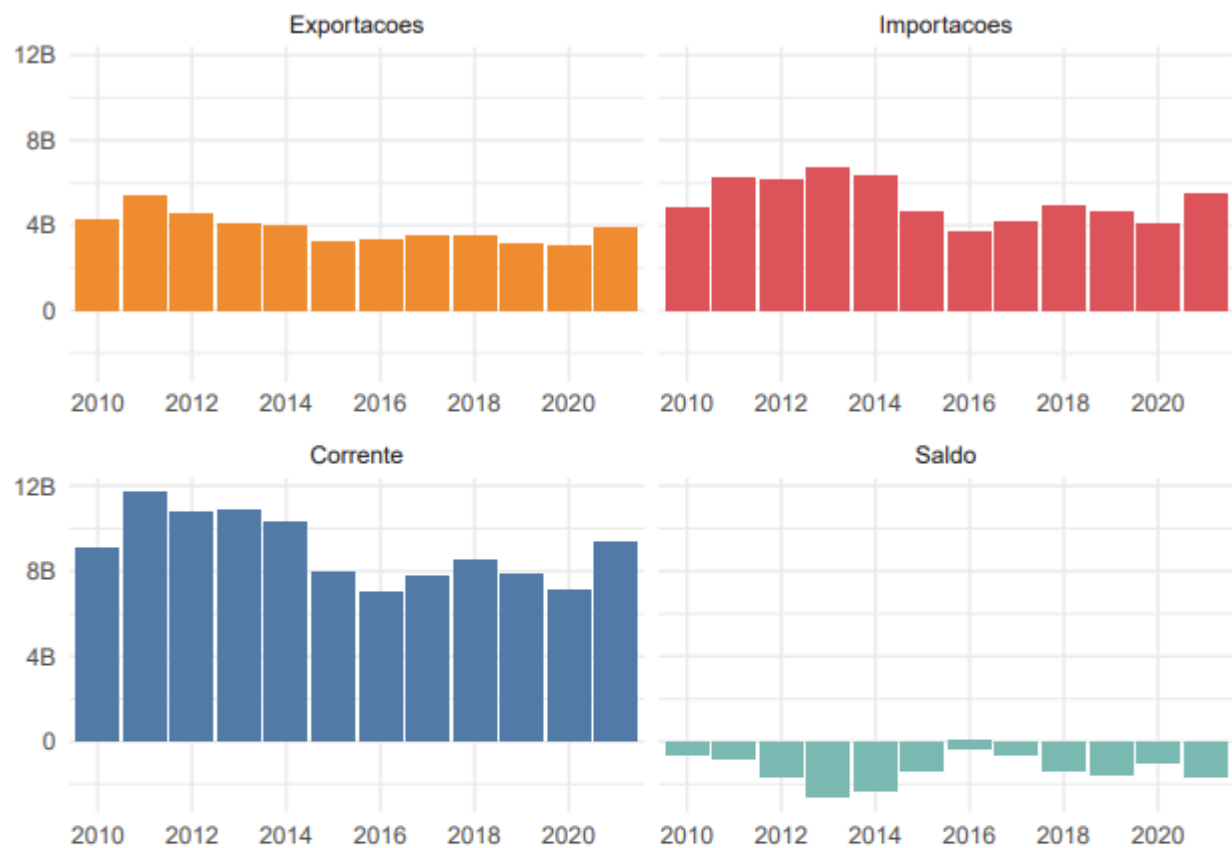
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação	02/11/2016	Em Vigor
Acordo entre o Brasil e a Itália sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	23/10/2008	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	27/03/2008	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana	12/02/1997	Em Vigor
Acordo de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	26/06/1995	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor

Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana	17/10/1989	Em Vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal	17/10/1989	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	18/10/1982	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Protocolo Adicional entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana.	03/10/1978	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	30/10/1972	Em Vigor
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/11/1970	Em Vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana.	06/10/1970	Em Vigor
Acordo para a Formação de uma Comissão Mista para a Promoção da Colaboração Econômica Prevista no Artigo 6º do Acordo de 1956 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1968	Em Vigor
Acordo sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	06/09/1963	Em Vigor
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	03/08/1962	Em Vigor

Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	09/12/1960	Em Vigor
Acordo Relativo à Aquisição do ``Palazzo Doria Pamphili`` destinado a sediar a Embaixada do Brasil em Roma entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	28/11/1960	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.	06/12/1958	Em Vigor
Acordo sobre Serviço Militar entre República dos Estados Unidos do Brasil e República Italiana.	06/09/1958	Em Vigor
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana.	24/11/1954	Em promulgação/MRE
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	25/01/1951	Em Vigor
Acordo Comercial de Compensação e Anexos entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana	05/07/1950	Em Vigor
Convenção de Imigração e Trabalho entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Itália.	08/10/1921	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Brasil-Itália, Fluxo de Comércio até 2021

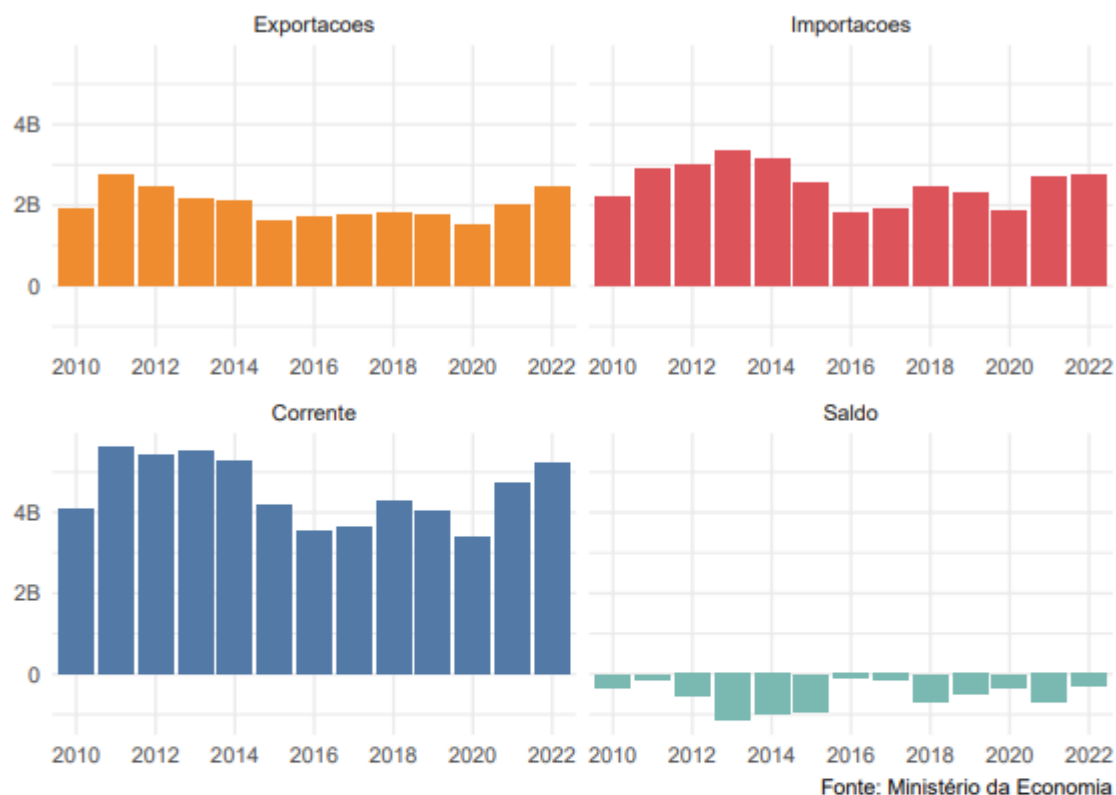


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	4B (26.40%)	3B (-3.00%)	3B (-11.40%)	4B (-0.18%)	4B (7.21%)
Importacoes	5B (34.4%)	4B (-13.0%)	5B (-4.7%)	5B (18.1%)	4B (12.4%)
Saldo	-2B (-258.32%)	-1B (-166.49%)	-2B (-212.58%)	-1B (-326.43%)	-603M (-258.13%)
Corrente	9B (30.975%)	7B (-8.980%)	8B (-7.538%)	8B (9.696%)	8B (9.970%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	3B (1.58%)	3B (-18.67%)	4B (-1.89%)	4B (-10.52%)	5B (-15.78%)
Importacoes	4B (-20.8%)	5B (-25.9%)	6B (-6.1%)	7B (8.3%)	6B (-0.4%)
Saldo	-381M (-127.11%)	-1B (-161.40%)	-2B (-187.39%)	-3B (-261.65%)	-2B (-306.27%)
Corrente	7B (-11.593%)	8B (-23.085%)	10B (-4.491%)	11B (0.329%)	11B (-7.555%)

Brasil-Itália, Fluxo de Comércio agregado até Junho

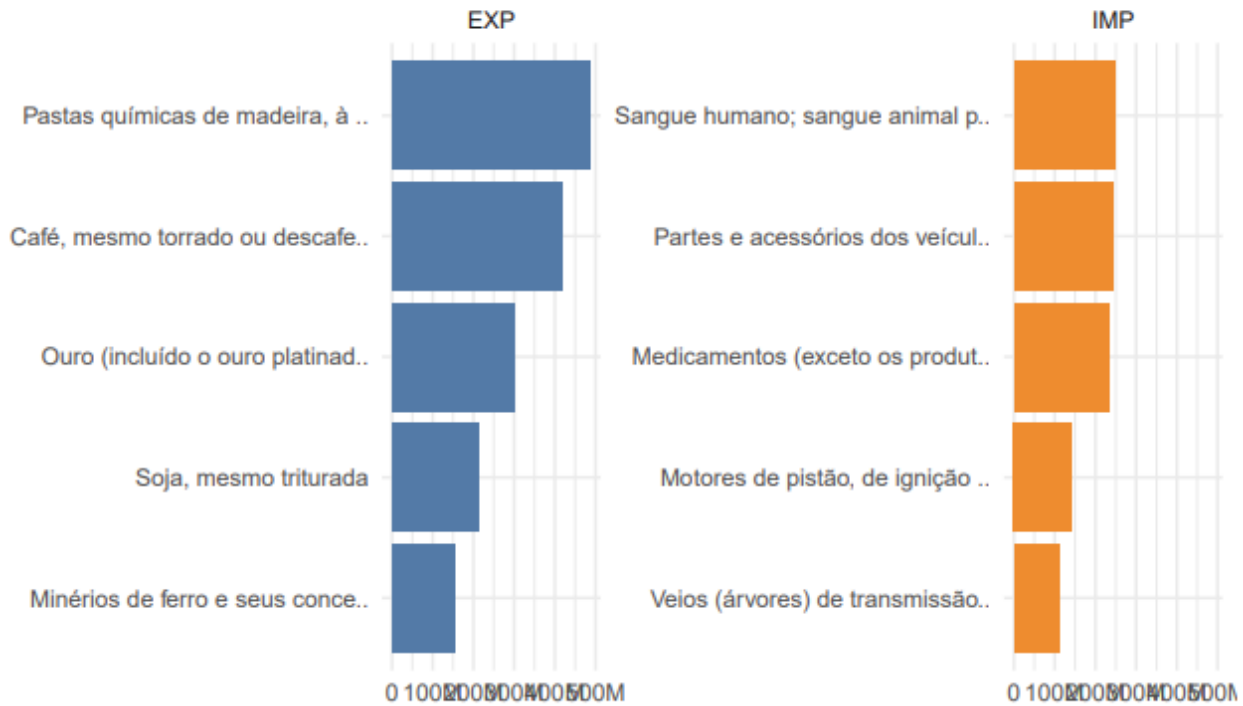


Fonte: Ministério da Economia

	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	2B (22.95%)	2B (32.03%)	2B (-14.72%)	2B (-1.09%)	2B (3.22%)
Importacoes	3B (2.218%)	3B (45.605%)	2B (-18.420%)	2B (-7.701%)	2B (29.505%)
Saldo	-304M (-143.2%)	-704M (-305.9%)	-342M (-168.4%)	-500M (-174.6%)	-670M (-509.5%)
Corrente	5B (11.04%)	5B (39.50%)	3B (-16.80%)	4B (-4.92%)	4B (16.95%)

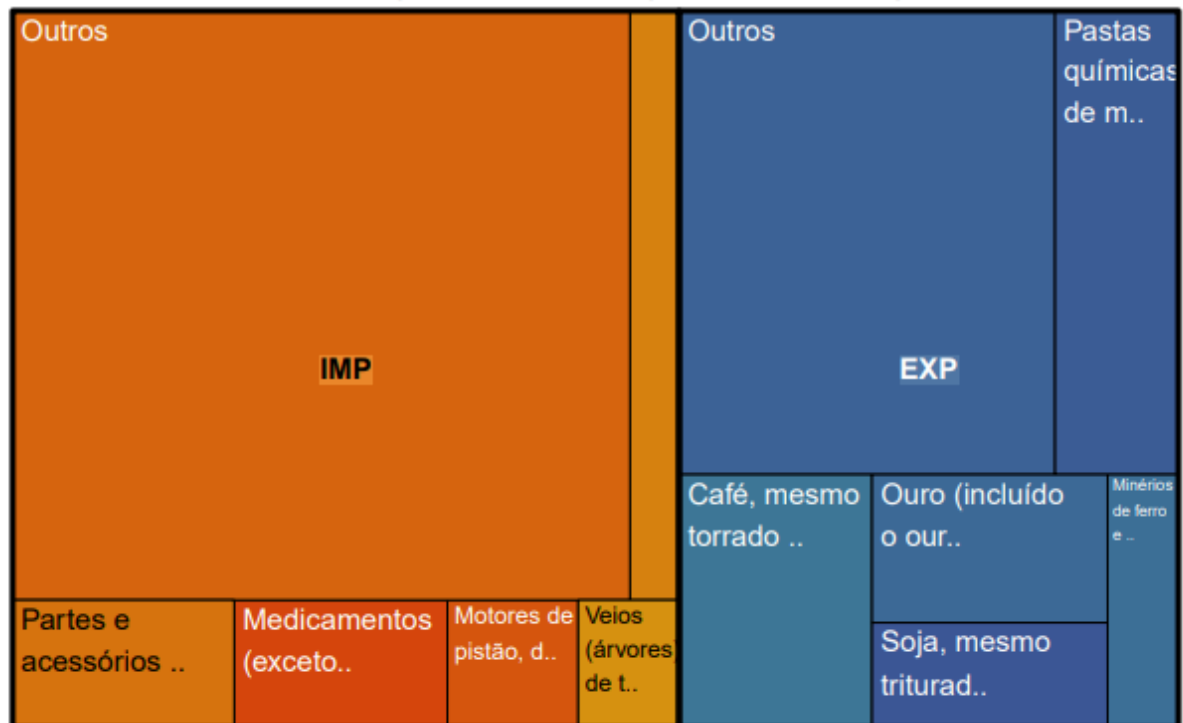
	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	2B (2.21%)	2B (5.49%)	2B (-24.06%)	2B (-1.89%)	2B (-10.95%)
Importacoes	2B (4.852%)	2B (-28.658%)	3B (-18.478%)	3B (-6.108%)	3B (11.130%)
Saldo	-164M (-244.6%)	-113M (-112.1%)	-933M (-193.4%)	-998M (-186.0%)	-1B (-307.2%)
Corrente	4B (3.58%)	4B (-15.40%)	4B (-20.74%)	5B (-4.44%)	6B (1.23%)

Brasil-Itália, pauta comercial, 2021



Fonte: Ministério da Economia

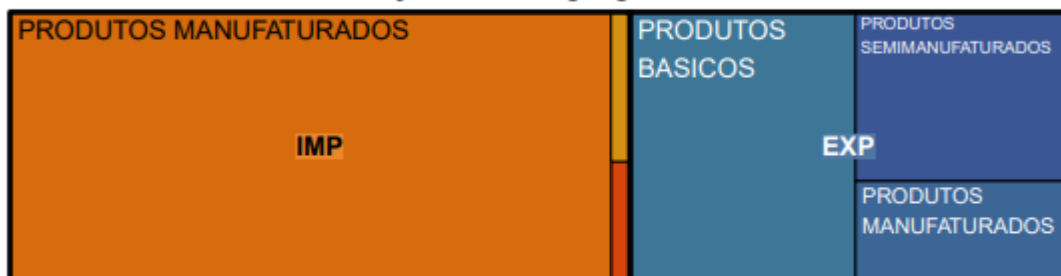
Brasil-Itália, Proporção de Exportações e Importações em 2021



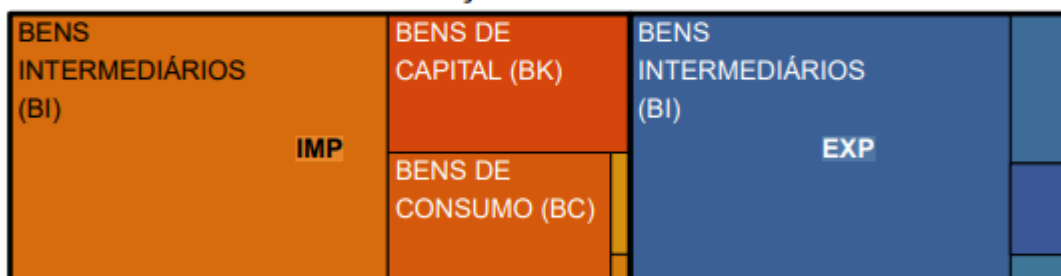
Classificação ISIC em 2021



Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



Classificação CUCI em 2021





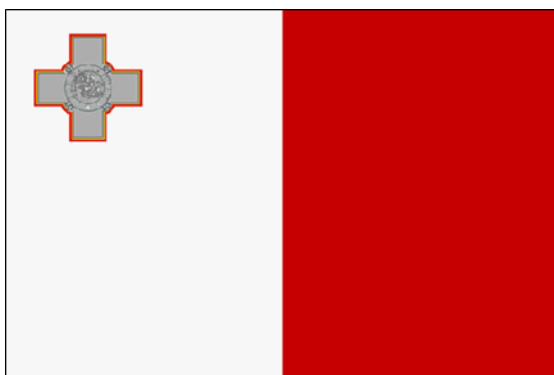
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

MALTA



OSTENSIVO
Julho de 2022

DADOS BÁSICOS SOBRE MALTA	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valetta
ÁREA:	320 km ²
POPULAÇÃO (2021):	517 mil habitantes (BM)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Maltês e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Parlamento de Malta (Il-Kamra Tad-Deputati)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Vella (desde 04/04/2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Robert Abela (desde 13/01/2020)
CHANCELER:	Ian Borg
PIB NOMINAL (2021):	US\$ 17,25 bilhões (FMI)
PIB PPP (2021):	US\$ 25,58 bilhões (FMI)
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 33.330 (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2021):	US\$ 49.560 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,8% (2022E); 9,4% (2021); -8,3% (2020); 5,9% (2019)
IDH (2019):	0,895 (28º no ranking) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	83 (BM)
ALFABETIZAÇÃO: (2018)	94,5% (BM)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	3,5% (BM)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro (€)
EMBAIXADOR MALTÊS:	John Aquilina (desde 11/05/2022)
EMBAIXADOR BRASILEIRO (residente em Roma):	Hélio Vitor Ramos Filho (cumulatividade com Itália)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)					
Brasil → Malta	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	31	83	153	121	149
Exportações	14	69	139	109	136
Importações	17	14	14	13	13
Saldo	-4	55	125	96	123

APRESENTAÇÃO

A República de Malta localiza-se a 93 km ao sul da ilha da Sicília (Itália) e é composta por três ilhas habitadas – Malta, Gozo e Comino. Com cerca de 517 mil habitantes concentrados em uma área de pouco mais de 300km², é um dos países mais densamente povoados do mundo.

Ao longo da história, a localização de Malta, na região central do mar Mediterrâneo, conferiu-lhe grande importância estratégica. Por volta do ano 1000 a.C., as ilhas converteram-se em posto fenício. Em 736 a.C., foram ocupadas pelos gregos e, em 400 a.C., pelos cartagineses. Em 218 a.C., passaram a pertencer ao Império Romano.

Com a divisão do Império Romano em 395 d.C., Malta passou ao domínio de Constantinopla (Império Romano do Oriente). O Império Bizantino controlou-a até 870, quando foi conquistada pelos árabes muçulmanos, que influenciaram seu idioma e cultura.

Em 1090, o conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília. Em 1266 as ilhas, juntamente com a Sicília, passaram ao domínio de Carlos I de Anjou, que as cedeu em 1283 a Pedro III de Aragão.

Em 1530, as ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém. A ordem monástica, hoje conhecida como "Ordem de Malta", governou as ilhas até 1798.

Em 1798, forças napoleônicas ocuparam Malta. Em 1800, foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. Obteve independência em 1964 e tornou-se república em 1974.

Em 1979, os britânicos retiraram-se da base militar de Pembroke, pondo fim a mais de 150 anos de presença na ilha. A influência inglesa faz-se presente em diversas áreas como organização pública, tráfego ("mão inglesa"), arquitetura e outras. Em relação à religião, a população é predominantemente católica romana (98%). O inglês é utilizado como língua oficial do país, porém a população comunica-se cotidianamente em maltês, idioma de origem árabe, com influência italiana.

Malta tornou-se membro da União Europeia em 2004, do Espaço Schengen em 2007 e da Zona do Euro em 2008.

Malta integra a “Commonwealth” britânica.

PERFIS BIOGRÁFICOS

George Vella Presidente da República



Nasceu em 24/04/42 em Żejtun. Formou-se em Medicina pela Universidade de Malta. A partir de 1978, foi eleito deputado 8 vezes pelo Partido Trabalhista. Foi Ministro das Relações Exteriores e Vice-Primeiro-Ministro. Foi eleito por unanimidade pelo parlamento e assumiu a presidência da República em 4 de abril de 2019.

Robert Abela Primeiro-Ministro



Nasceu em 07/12/1977, em Silema. Formou-se em Direito pela Universidade de Malta. Em 2017, foi eleito deputado pela primeira vez como membro do Partido Trabalhista (Partit Laburista, PL). Em 13 de janeiro de 2020, tornou-se Primeiro-

Ministro aos 42 anos.

Ian Borg
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus e Comércio



Nasceu em 28/02/1986, em Dingli. Doutorou-se em Direito pela Universidade de Malta. Sua carreira política iniciou-se em 2005, como prefeito de sua cidade natal, tendo sido reeleito duas vezes. Foi Ministro dos Transportes e Infraestrutura de 2017 a março de 2022, quando foi designado chanceler. O Chanceler Borg visitou o Brasil em junho de 2022, quando inaugurou a Embaixada do país em Brasília.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto à República de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma (anteriormente era cumulativa com a embaixada em Trípoli, Líbia). O tratamento dos assuntos malteses no Brasil estava inicialmente a cargo da Embaixada de Malta em Washington, passando posteriormente a embaixador residente em Valeta. Em junho do corrente ano, o país abriu embaixada residente em Brasília. Trata-se da primeira embaixada maltesa na América Latina.

No início do conflito de 2011 na Líbia, a colaboração do governo maltês foi fundamental para a retirada de mais de 3.200 funcionários de empresas brasileiras instaladas naquele país. O governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território e permitiu o trânsito dos demais funcionários da empresa, de outras nacionalidades. Foi muito apreciada no Brasil a cooperação estendida pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência, dada a natureza humanitária da operação.

Além da Embaixada, Malta tem Consulado-Geral em São Paulo e Consulado Honorário em Recife, seus únicos na América Latina. O Brasil possui Consulado Honorário em Valeta.

Há interesse recíproco em aumentar a fluidez do diálogo político entre os dois países. Nesse sentido, foi assinado, em 2016, Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais.

Em 2009, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantiveram reunião em Istambul, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações. Em 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, manteve reunião, em Malta, com o então chanceler Tonio Borg. Em 2017, o Ministro da Saúde de Malta, Christopher Fearne, participou, em São Paulo, do “World Hepatitis Summit” (1-3/11/17).

Em março de 2018, o Ministro maltês da Energia e Gestão Hídrica, Joe Mizzi, esteve em Brasília para participar do 8º Fórum Mundial da Água (18-23/03/2018). Em 12/06/2018, realizou-se, em Valeta, reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Malta.

Em sua visita ao Brasil em junho de 2022 para a abertura da embaixada residente em Brasília, o chanceler Ian Borg foi recebido pelo Ministro das

Relações Exteriores, interino, e pelo senhor Presidente da República, em visita de cortesia.

POLÍTICA INTERNA

Malta é uma república parlamentarista. O presidente é eleito pelo Parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e tem 65 membros eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional, para mandatos de 5 anos. O atual presidente da Câmara é o deputado Angelu Farrugia.

A década de 1980 foi marcada, em Malta, por pequenos episódios de violência política, mas a situação normalizou-se no começo dos anos 1990. A ascensão do Partido Nacionalista (que se manteve no poder de 1987 a 2012, à exceção de período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou à gradual diminuição do papel do estado na economia.

A discussão sobre a adesão ou não à União Europeia dominou a política do país por mais de uma década. Em 2003, Malta decidiu, em referendo, a favor da adesão (com 53%). A decisão foi confirmada pouco depois, quando o Partido Nacionalista, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o Partido Trabalhista, então contrário à adesão. Malta tornou-se membro da UE em maio de 2004. Em 2005, estabeleceu-se a paridade da lira maltesa em relação ao euro, que foi adotado como moeda local em janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos, o Partido Nacionalista e o Partido Trabalhista, com níveis de apoio equivalentes na sociedade. Após 15 anos na oposição, em março de 2013, o Partido Trabalhista voltou ao poder sob a liderança de Joseph Muscat. A vitória dos trabalhistas sobre o Partido Nacionalista deu-se pela maior margem de votos já registrada em Malta (12 pontos percentuais). Durante a campanha, Muscat moveu o partido em direção ao centro, obtendo os votos de eleitores descontentes com o Partido Nacionalista. Entre suas principais promessas, estavam o combate à corrupção e a redução do preço da energia em Malta em 25%.

No passado, o Partido Trabalhista era contrário à adesão à UE, mas a atual visão do Governo é de que o país se beneficiou e ganhou peso político com a acessão. A adesão ao Espaço Schengen acirrou, porém, problemas de imigração, cujos debates passaram a ser tema central da política interna maltesa.

O governo trabalhista do Primeiro-Ministro Joseph Muscat (2013-2017; 2017-2020) valorizou a Agenda 2030 e priorizou ações de erradicação da pobreza,

promoção dos direitos humanos e empoderamento dos cidadãos, com ênfase em grupos vulneráveis, com vistas à inclusão, à mobilidade e à justiça sociais.

Após pressão popular e da União Europeia decorrente da investigação sobre assassinato de jornalista em 2017, o Primeiro-Ministro Muscat renunciou. Em 13 de janeiro de 2020, Robert Abela, também membro do Partido Trabalhista, assumiu a chefia do governo.

POLÍTICA EXTERNA

O foco da ação externa de Malta é o fortalecimento do papel do país na União Europeia e, em particular, na área do Mediterrâneo. A presidência de turno maltesa da UE, no primeiro semestre de 2017, permitiu ao país aumentar sua visibilidade e projeção regional, em especial após a Cúpula de Valeta sobre migrações (03/02/2017) e a Cúpula de Roma (25/03/2017).

Por integrar a zona Schengen, Malta se encontra exposta a pressões associadas ao tráfego de migrantes pela rota do Mediterrâneo Central.

Em 2017, em visita a Malta (13-14/09), o Presidente da Itália, Sergio Mattarella, afirmou haver sintonia entre os dois países “em todas as questões europeias e internacionais” e agradeceu ao governo maltês por acolher a cota de migrantes acordada no âmbito da União Europeia.

Devido à proximidade geográfica com a Líbia (a cerca de 340km de Trípoli), Malta acompanha com interesse a situação política e securitária no país. Após o recrudescimento do conflito civil líbio em 2014, as atenções do governo maltês voltaram-se para o combate ao terrorismo e para a superação da crise migratória.

O país chegou a declarar apoio à coalizão internacional contra o autoproclamado "Estado Islâmico" e sediou, em nov/2015, reunião de cúpula sobre migrações. Na ocasião, líderes africanos e europeus concordaram quanto à responsabilidade compartilhada pelo fenômeno migratório. Também foi anunciada a criação de um Fundo Fiduciário da UE de Emergência para a estabilidade e o tratamento das causas da migração irregular e de deslocados internos na África, dotado, inicialmente, de EUR 1,8 bilhões. Em abr/2017, os países da UE, reunidos novamente em Malta, aprovaram plano de EUR 200 milhões com vistas a eliminar as migrações irregulares a partir do território líbio, por meio da intensificação do

controle no Mediterrâneo e nas fronteiras líbias.

A gestão de recursos hídricos e a preservação dos oceanos são temas caros a Malta. Em outubro de 2017, Malta sediou a Conferência “Nosso Oceano”, organizada pela UE, ocasião em que o governo trabalhista anunciou compromissos voluntários com vistas a proteger 30% do total do território maltês, ao transformá-lo em Área de Proteção Marinha. O Ministro de Energia e Gerenciamento Hídrico Joe Mizzi participou, em Brasília, do 8º Fórum Mundial da Água (18-23 de março de 2018). O discurso proferido pelo primeiro RP de Malta junto às Nações Unidas, há 52 anos, instando os países membros a considerar os recursos marítimos em águas internacionais como patrimônio comum da humanidade é considerado um marco na área. Nos anos seguintes, Malta impulsionou as negociações que culminariam na assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM/UNCLOS, 1982).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Malta é condicionada, em grande medida, pelas características geográficas do país. No passado, as principais atividades econômicas estavam voltadas à navegação (construção, manutenção e abastecimento de navios). Após a independência, em 1964, Malta passou a desenvolver os setores de serviços financeiros, telecomunicações e turismo.

A crise econômica internacional de 2008 teve efeitos relativamente limitados na economia maltesa. Após recessão no ano de 2009 (com contração do PIB de -1,1%), o país conseguiu manter média de crescimento do PIB de 3,5% no período de 2010 a 2015. Em 2017, o crescimento atingiu a marca expressiva de 11,1%. Os impactos da pandemia de COVID-19 geraram queda de -8,3% no PIB do país em 2020. Houve, no entanto, importante recuperação no ano de 2021, com crescimento de 9,4%.

O setor de serviços é o principal motor do crescimento econômico e responsável por mais de 80% do PIB. A indústria do turismo é a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, porém outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e responde por menos de 15% do PIB. Indústrias intensivas em mão-de-obra, como alimentos e o setor

moveleiro, foram expostas à competição estrangeira, em decorrência da adesão à UE. A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) perderam importância. A contribuição desses setores para o PIB é inferior a 2%.

Malta tem grande dependência externa no setor energético: apesar de o país contar com potencial eólico e solar, sua matriz se apoia na importação de hidrocarbonetos. O petróleo corresponde a mais de 30% da pauta de importação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

870	As ilhas foram conquistadas pelos árabes muçulmanos
1090	O conde Rogério I da Sicília conquistou Malta e submeteu-a ao domínio do Reino da Sicília
1283	Carlos I de Anjou cedeu Malta a Pedro III de Aragão
1518	O imperador Charles V consolida a unificação das coroas ibéricas e incorpora a ilha de Malta à Espanha
1530	As ilhas foram cedidas pela Espanha à Ordem Hospitalar de São João de Jerusalém
1798	Napoleão Bonaparte invadiu e tomou Malta
1814	Como parte do Tratado de Paris, Malta tornou-se oficialmente parte do Império Britânico
1964	Malta tornou-se independente e se converteu em membro das Nações Unidas
1974	Malta tornou-se República
1979	Malta rompeu a aliança com o Reino Unido e pôs fim a 179 anos de presença britânica na ilha
1987	O Partido Nacionalista venceu as eleições
1990	O país solicitou formalmente adesão à União Europeia
2004	Passou a integrar formalmente a União Europeia
2008	Passou a adotar o Euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975	Brasil e Malta estabelecem relações diplomáticas
2009	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta mantêm reunião em abril, por ocasião do II Fórum da Aliança de Civilizações (Istambul, Turquia).

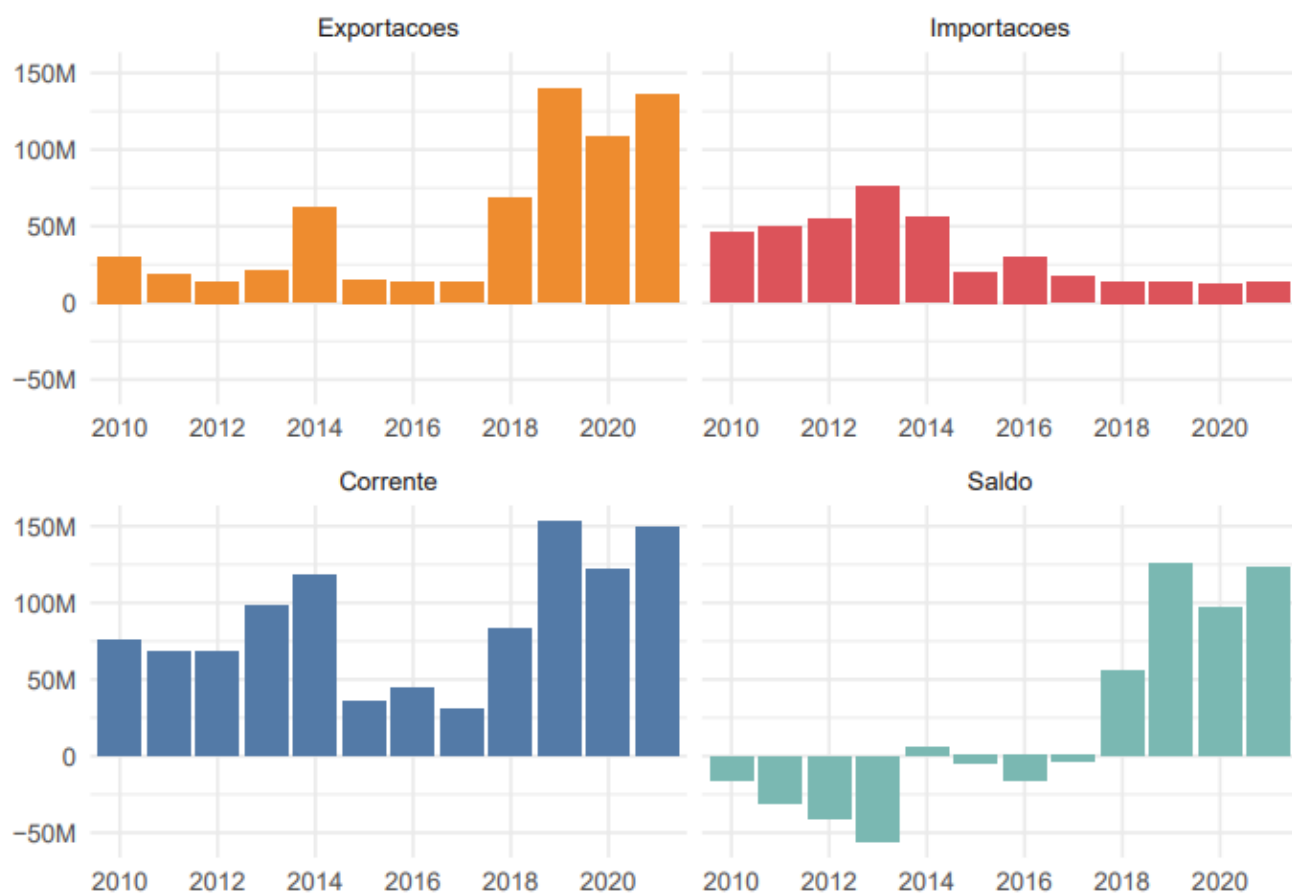
2011	Malta auxilia na retirada de nacionais brasileiros na Líbia.
2012	Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Malta reúnem-se em setembro, em Nova York, à margem da abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.
2016	Assinatura de Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais
2018	Realização da primeira reunião de Consultas Políticas (La Valeta, 12/06/2018)
2022	Visita ao Brasil do chanceler Ian Borg, para a abertura da Embaixada residente de Malta em Brasília (junho).

ACORDOS BILATERAIS

Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República de Malta	20/05/2016	Em Vigor
---	------------	----------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

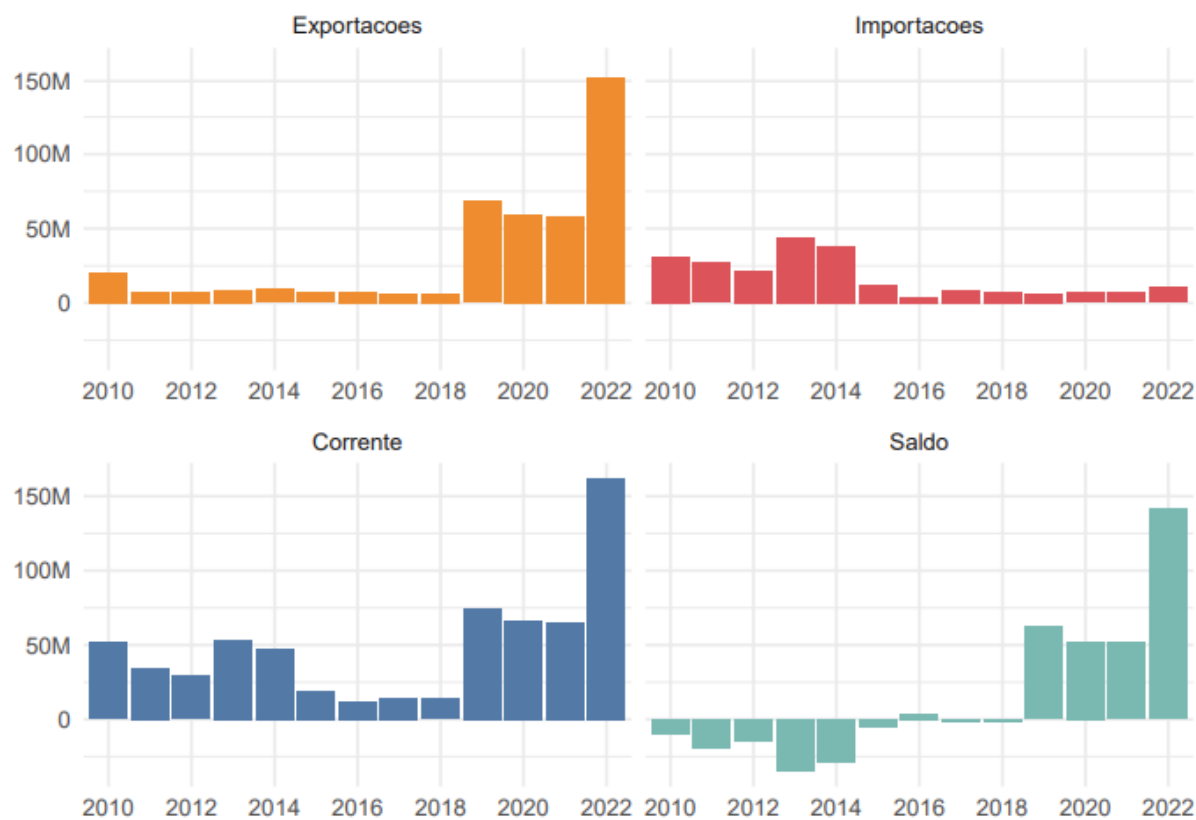
Brasil-Malta, Fluxo de Comércio até 2021



Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	136M (24.8%)	109M (-21.9%)	139M (102.1%)	69M (403.3%)	14M (-2.4%)
Importacoes	13M (5.2%)	13M (-8.4%)	14M (-1.0%)	14M (-20.2%)	17M (-42.5%)
Saldo	123M (27.4%)	96M (-23.3%)	125M (128.3%)	55M (1 367.0%)	-4M (-123.0%)
Corrente	149M (22.79%)	121M (-20.65%)	153M (84.80%)	83M (166.06%)	31M (-29.85%)

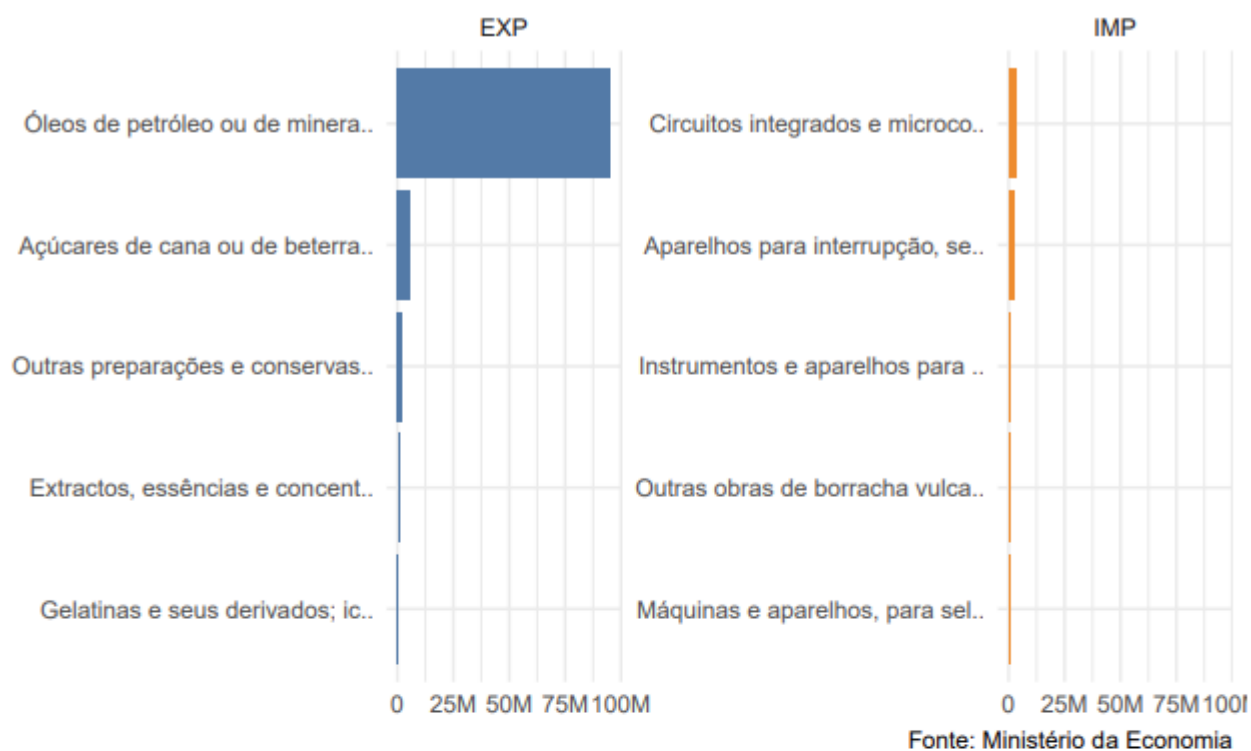
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	14M (-9.1%)	15M (-75.1%)	62M (197.5%)	21M (51.7%)	14M (-26.1%)
Importacoes	30M (48.5%)	20M (-63.5%)	56M (-26.8%)	77M (39.8%)	55M (10.8%)
Saldo	-16M (-426.3%)	-5M (-182.8%)	6M (-89.2%)	-56M (-235.9%)	-41M (-233.0%)
Corrente	44M (23.73%)	36M (-69.64%)	118M (21.25%)	97M (42.22%)	68M (0.68%)



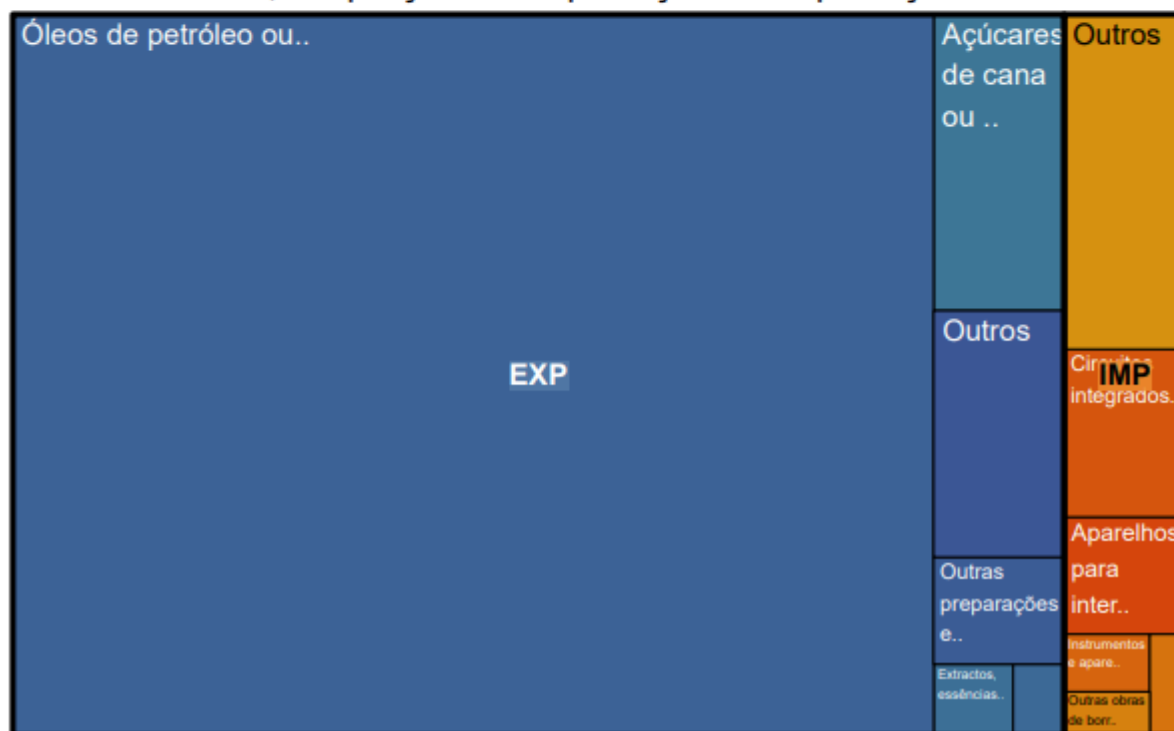
Fonte: Ministério da Economia

	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	152M (159.4678%)	59M (-1.1896%)	59M (-13.3750%)	68M (1 046.0839%)	6M (-4.4344%)
Importacoes	10M (53.51%)	7M (-2.29%)	7M (9.28%)	6M (-18.03%)	8M (-9.01%)
Saldo	142M (173.4%)	52M (-1.0%)	52M (-15.7%)	62M (3 371.5%)	-2M (-178.5%)
Corrente	162M (148.46%)	65M (-1.31%)	66M (-11.45%)	75M (444.74%)	14M (-7.07%)

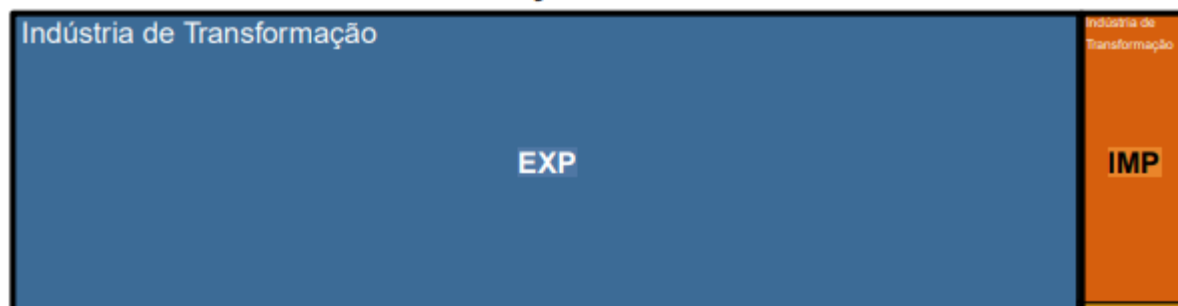
	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	6M (-19.9677%)	8M (13.1224%)	7M (-25.9547%)	9M (3.3368%)	9M (21.7037%)
Importacoes	9M (109.45%)	4M (-66.39%)	12M (-68.15%)	38M (-14.02%)	44M (101.46%)
Saldo	-2M (-161.0%)	4M (-28.3%)	-5M (-118.2%)	-29M (-181.5%)	-35M (-342.1%)
Corrente	15M (24.39%)	12M (-37.53%)	19M (-59.84%)	47M (-11.08%)	53M (81.33%)



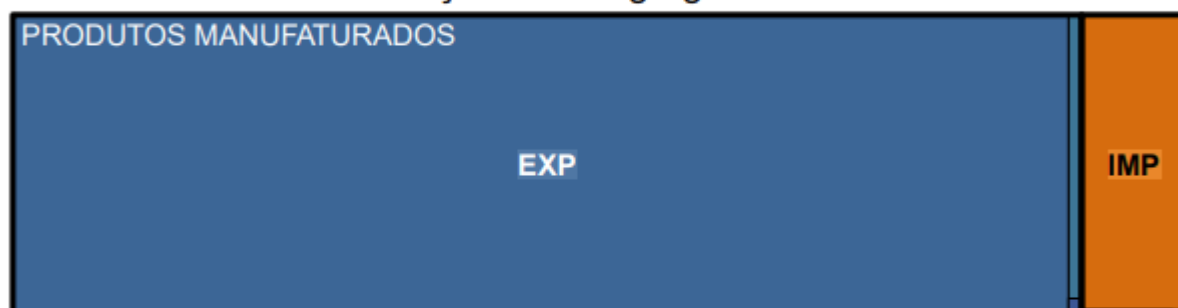
Brasil-Malta, Proporção de Exportações e Importações em 2021



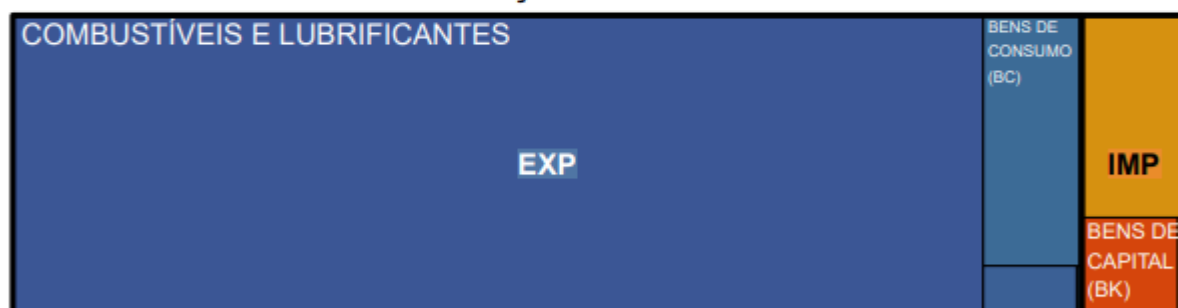
Classificação ISIC em 2021



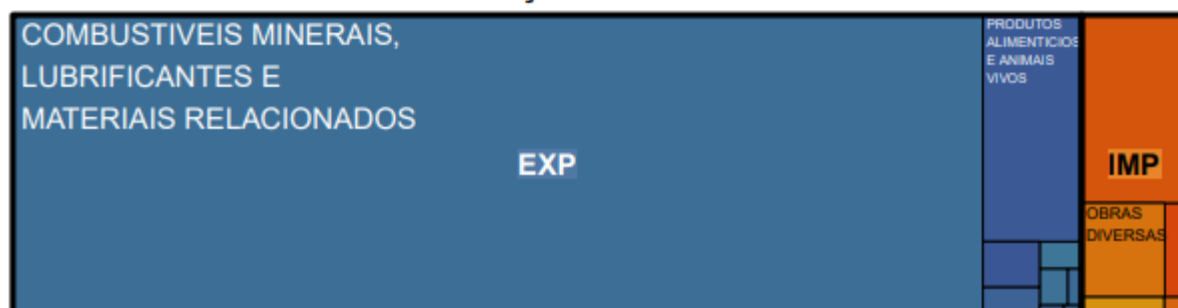
Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



Classificação CUCI em 2021





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa Meridional e União Europeia

SAN MARINO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Julho de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de San Marino
GENTÍLICO	Samarinês
CAPITAL	Cidade de San Marino
ÁREA	61 km ²
POPULAÇÃO (2021) ¹	34 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (97%)
SISTEMA DE GOVERNO	República diárquica diretorial parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, formado pelo <i>Consiglio Grande e Generale</i> (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Capitães-Regentes Oscar Mina e Paolo Rondelli
CHEFE DE GOVERNO	Capitães-Regentes Oscar Mina e Paolo Rondelli
CHANCELER	Luca Becarri (desde janeiro de 2020, Partido Democrata Cristão)
PIB (2021) ¹	US\$ 1,71 bilhão
PIB PPC (2021) ¹	US\$ 2,22 bilhões
PIB PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 50.460
PIB PPC PER CAPITA (2021) ¹	US\$ 65.320
VARIAÇÃO DO PIB ¹	1,3% (2022E), 5,2% (2021), -6,6% (2020)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) ⁴	83,68
DESEMPREGO (12/2021) ⁵	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro

Fontes: (1) FMI; (2) Governo de San Marino; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) Nasdaq Data Link.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → San Marino	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Intercâmbio	9,3	10	9,6	8,6	6,8	11,3
Exportações	0,06	0,04	0,01	0,07	0,07	0,09
Importações	92,6	96,5	95	84,8	67,2	11,2
Saldo	-9,2	-9,3	-9,4	-8,4	-6,7	-11

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Oscar Mina
Capitão-Regente



Oscar Mina, 63 anos, nasceu em Serravalle, em San Marino. Estudou Engenharia Elétrica e Ciência Política na Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo".

Filiou-se ao Partito Democratico Cristiano Sammarinese (PDCS) em 1998. Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino em 2006. Desde 2007, faz parte do Comitê Judiciário. É membro da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Exerce desde 1º de abril de 2022 o cargo de Capitão-Regente, que também exerceu em 2009.

Paolo Rondelli
Capitão-Regente



Paolo Rondelli, 59 anos, nasceu na Cidade de San Marino. Estudou Engenharia Química na Università di Bologna. Tem Mestrado em Jornalismo pela Tor Vergata Università degli Studi di Roma.

É filiado ao Movimento Cívico RETE. Entre os cargos que já exerceu estão os de Chefe do Departamento de Planejamento, Meio Ambiente e Agricultura; Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e Chefe do Departamento de Negócios Estrangeiros e Políticos. Também já foi o representante de San Marino na Assembleia Geral da ONU; participou de missões de observação eleitoral e foi o Embaixador de seu país nos EUA.

Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino, em 2019 e, desde 1º de abril de 2022, é Capitão-Regente.

Luca Beccari

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Políticos



Luca Beccari, 47 anos, nasceu na Cidade de San Marino. Estudou Contabilidade e Economia Università degli Studi di Urbino "Carlo Bo". Obteve Mestrado em Jornalismo pela Tor Vergata Università degli Studi di Roma.

Filiou-se ao Partito Democratico Cristiano Sammarinese (PDCS) em 1993. Entre 2008 e 2012, foi coordenador do Departamento de Finanças do Ministério das Finanças.

Foi eleito para o Conselho Grande e Geral, o parlamento de San Marino, em 2012 e, em 2014, exerceu o cargo de Capitão-Regente. É Chanceler desde 7 de janeiro de 2020.

APRESENTAÇÃO

Fundada no ano de 301, a República de San Marino, uma das mais antigas do mundo, é um enclave localizado na península italiana. Possui 61 km² e população de cerca de 34 mil habitantes. É governada simultaneamente por dois capitães-regentes, eleitos para mandatos de seis meses.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Em 2002, os dois governos estabeleceram relações diplomáticas e decidiram criar Embaixadas não residentes. San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo.

Segundo documentos do Arquivo Público da República de San Marino, o Imperador Dom Pedro I manifestou interesse, por meio do então representante brasileiro à Corte da França, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, de estreitar laços com aquela República, o que deu início a processo de concessão da cidadania samarinesa ao monarca. Como resultado, o Conselho Geral daquele país, em sessão de maio de 1830, determinou “que os nomes de Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, de sua Augusta Esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e da futura Imperial Dinastia, fossem perpetuamente anotados à frente do Registro dos Patrícios Samarineses”.

Em 2016, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do Secretário de Estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do Embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável pelo Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional entre o Brasil e San Marino é tema da pauta bilateral. O Secretário de Estado para Educação, Cultura,

Universidades, Pesquisa Científica, Temas Sociais e Igualdade de Oportunidades de San Marino, Giuseppe Maria Morganti, realizou, em agosto de 2015, a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2002.

Naquela viagem, Morganti – que esteve em Brasília e São Luís – manteve encontro com o então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro. No contexto, foram assinados acordos de cooperação da Universidade de San Marino com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Há interesse, por parte do governo de San Marino, em receber estudantes brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

O Poder Legislativo de San Marino é formado por um único órgão, o Conselho Grande e Geral, composto por 60 parlamentares eleitos diretamente pelo voto popular a cada cinco anos.

As funções de Chefe de Estado e de Governo são exercidas pelos dois Capitães-Regentes, eleitos a cada seis meses pelo Conselho Grande e Geral. Ambos estão à frente do Congresso de Estado, que reúne dez Secretários de Estado.

O Conselho dos Doze tem seus membros nomeados pelo Conselho Grande e Geral a cada nova legislatura. Até 2002, funcionava como corte constitucional e detinha poderes administrativos; atualmente, porém, resta-lhe apenas sua função administrativa.

O papel de corte constitucional é exercido, desde 2002, pelo Conselho dos Garantidores da Constitucionalidade e de Normas Gerais, composto por seis juízes que, nomeados pelo Conselho Grande e Geral, exercem mandato de quatro anos.

A independência de San Marino esteve ameaçada em três diferentes ocasiões, quando o país foi submetido a ocupações estrangeiras. À época da unificação italiana, o apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino face à Itália unificada.

De 1926 a 1943, San Marino teve um regime de inspiração fascista. Manteve-se, contudo, neutro durante a Segunda Guerra Mundial e acolheu mais de cem mil refugiados.

Desde o Pós-Guerra, é usual a alternância de governos de direita e de esquerda, orientações políticas refletidas nos dois maiores partidos atuais de San Marino: o Partido Democrata Cristão de São Marino e o Partido dos Socialistas e Democratas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para San Marino. As prioridades da chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Vigora também acordo monetário pelo qual San Marino adotou o euro como moeda oficial e obteve autorização para sua cunhagem.

Em 1988, San Marino ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007. Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A maior parte do PIB concentra-se em seis setores da economia: industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e de serviços. Entre as atividades econômicas mais relevantes, destacam-se o turismo, a intermediação financeira, os setores de eletrônica, indústria leve, cerâmica, além da filatelia e numismática.

A Itália é destino de cerca de 80% das exportações do país.

SISTEMA BANCÁRIO

O sistema bancário de San Marino recebe quantidade relevante de capitais italianos, embora em quantidades decrescentes.

O país reforçou a normativa do setor financeiro, incrementou os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro e buscou adequar sua legislação tributária. O país foi retirado da lista de paraísos fiscais da OCDE em 2009.

Em 2010, assinou acordos de troca de informações com várias grandes economias. Com o Brasil, assinou Acordo para Troca de Informações Tributárias, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Em 2019, a Receita Federal do Brasil excluiu San Marino da lista de países com regime de “tributação favorecida”.

COMÉRCIO

Em 2021, a corrente de comércio bilateral entre Brasil e San Marino foi de US\$ 11,3 milhões, o que representou aumento de 66,6% em relação a 2020. As exportações brasileiras somaram US\$ 87,6 mil (+24%), enquanto as importações somaram US\$ 11,2 milhões (+67%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2020 foram: carnes de aves e suas miudezas comestíveis (52%), calçados (30%) e vestuário (17%). Os principais itens importados pelo Brasil, por sua vez, foram: outros medicamentos, incluindo veterinários (90%), máquinas não elétricas (5%) e demais produtos da indústria de transformação (4%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Ano	Evento
1815	Movimento de independência de San Marino incorpora a Terceira Guerra da Independência Italiana (<i>Risorgimento Italiano</i>).
1815-1825	Capitão-Regente Antonio Onofri encabeça o movimento de liberdade, reconhecido após o seu falecimento, em fevereiro de 1825, como o “Pai da Pátria” de San Marino.
1849	San Marino desempenha funções de porto e abrigo para refugiados e futuros combatentes da Guerra de Independência, como Giuseppe Garibaldi, em 1849.
1849	Áustria invade territórios de San Marino em agosto de 1849, para revistar casas e à procura de insurgentes da independência.
1854	Proclamação do Reino da Itália. A região de San Marino e seus esforços são lembrados por Garibaldi ao Rei.
1862	San Marino firma um acordo com o Reino da Itália, estabelecendo relações mútuas de estima, respeito e boa vizinhança. O Acordo também promulga a soberania e independência do Estado de San Marino.
1906	“Arengo”, a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

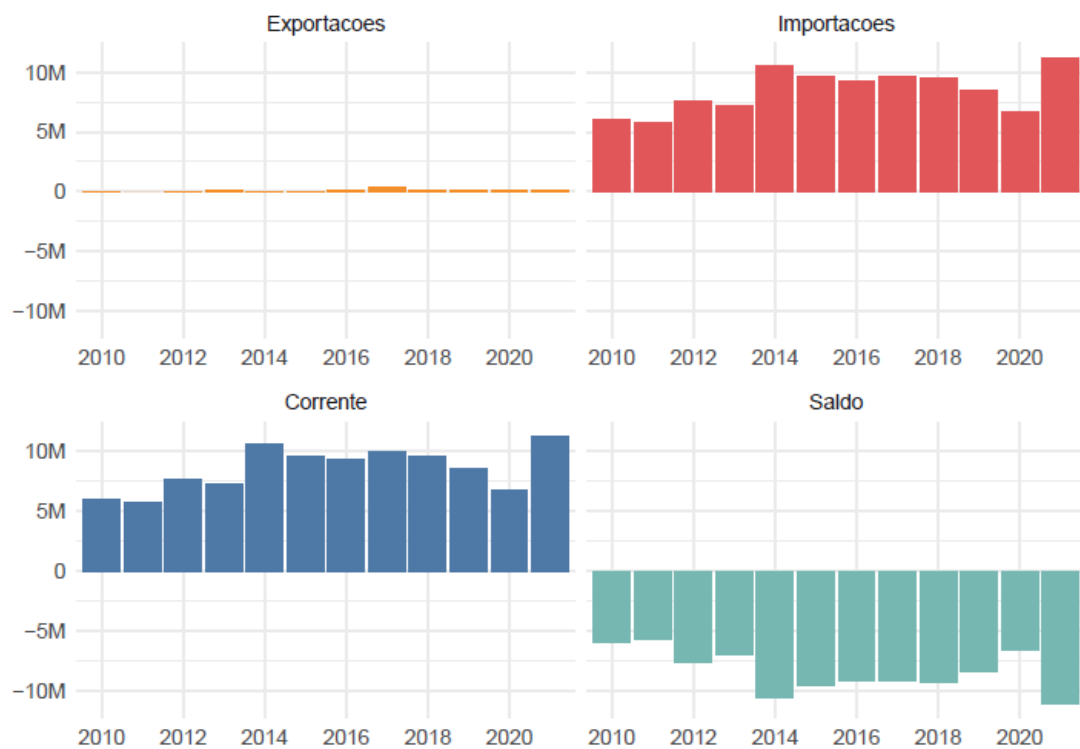
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
1984	Estabelecimento formal de relações bilaterais.
2002	Embaixada do Brasil em Roma (Itália) passa a ser cumulativamente responsável pela representação do país junto a San Marino.
2002	Elevação do Consulado-Honorário de San Marino em São Paulo a Consulado-Geral de San Marino em São Paulo.
2015	Visita do secretário de Estado da Educação e da Cultura de San Marino, Giuseppe Maria Morganti ao Brasil. Foi a primeira viagem oficial de uma autoridade samarinesa ao Brasil.
2016	Por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, os então capitães-regentes, Gian Nicola Berti e Massimo Andrea Ugolini visitaram o Brasil, acompanhados do secretário de estado de Turismo, Políticas Juvenis e Esporte, Teodoro Lonfernini; do Embaixador não residente, Filippo Francini; e da responsável do Cerimonial Diplomático, Silvia Berti.

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Relações Consulares entre a República Federativa do Brasil e a República de San Marino	14/12/1984	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária	31/03/2016	Tramitação Congresso Nacional

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

Fluxo de comércio anual

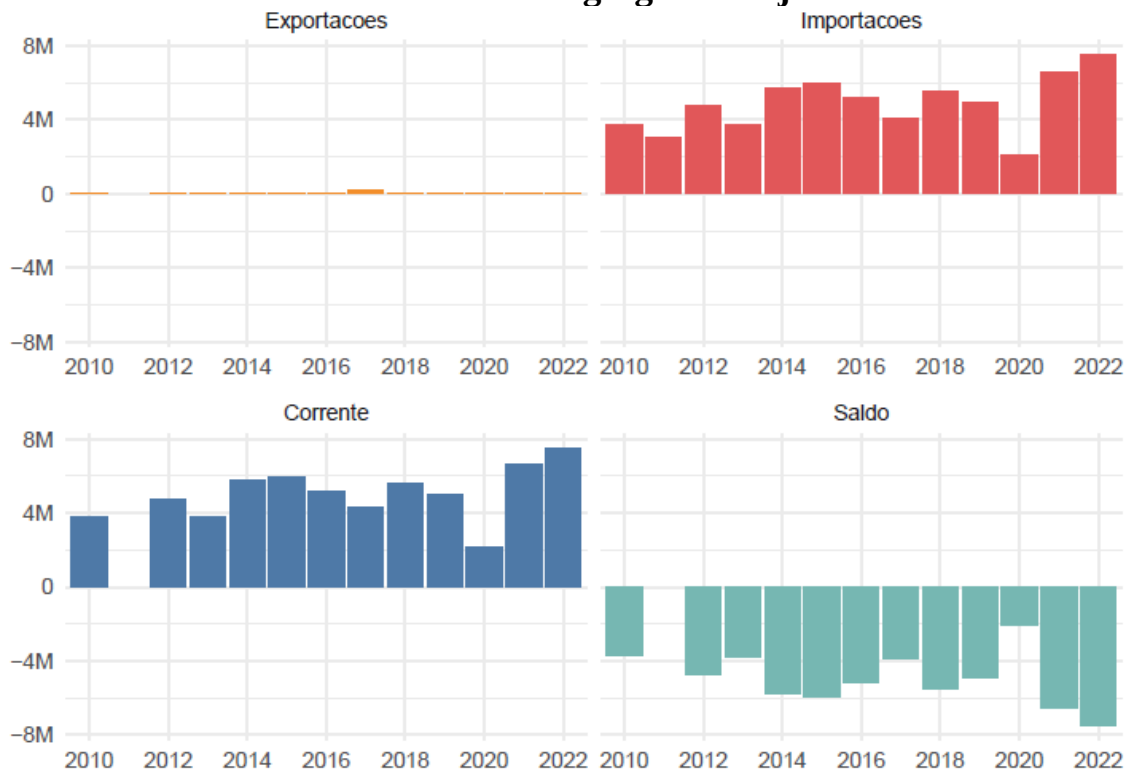


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	88K (24.3%)	71K (6.5%)	66K (-48.6%)	129K (-67.1%)	391K (596.2%)
Importacoes	11M (67.009%)	7M (-20.803%)	8M (-10.678%)	9M (-1.580%)	10M (4.192%)
Saldo	-11M (-267.46%)	-7M (-178.98%)	-8M (-189.84%)	-9M (-201.18%)	-9M (-200.58%)
Corrente	11M (66.57%)	7M (-20.59%)	9M (-11.18%)	10M (-4.13%)	10M (7.76%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	56K (573.3%)	8K (21.8%)	7K (-94.3%)	120K (341.7%)	27K (5 638.8%)
Importacoes	9M (-3.516%)	10M (-9.196%)	11M (46.883%)	7M (-5.814%)	8M (31.863%)
Saldo	-9M (-195.98%)	-10M (-190.78%)	-11M (-249.27%)	-7M (-192.95%)	-8M (-231.41%)
Corrente	9M (-3.02%)	10M (-9.18%)	11M (44.57%)	7M (-4.59%)	8M (32.32%)

Fluxo de comércio agregado até junho

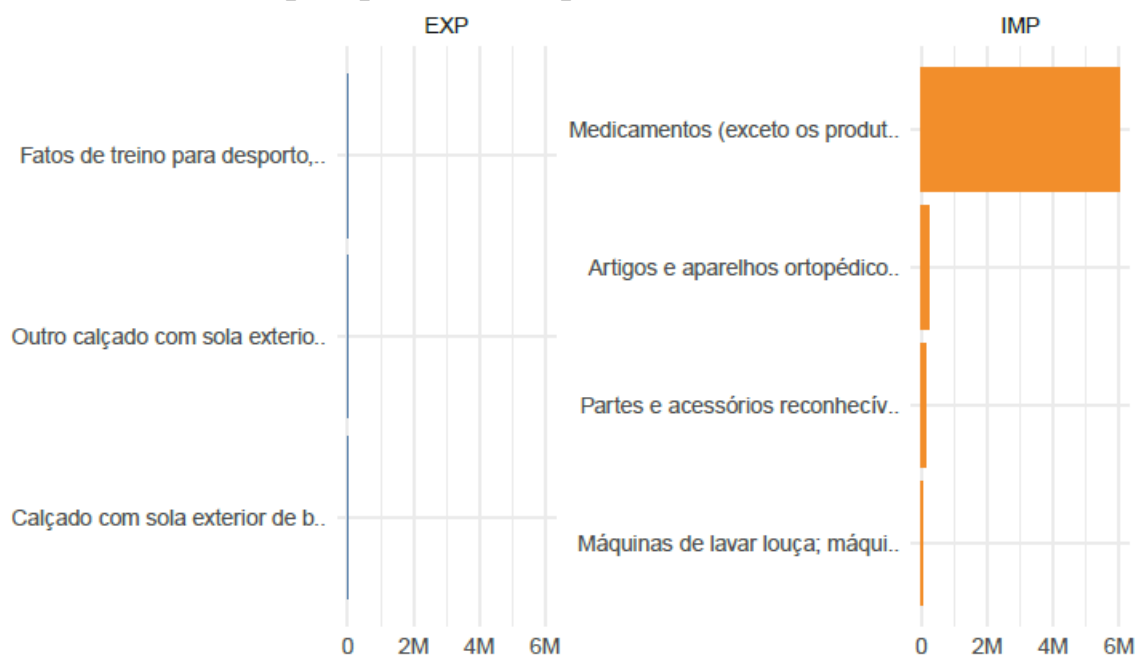


Fonte: Ministério da Economia

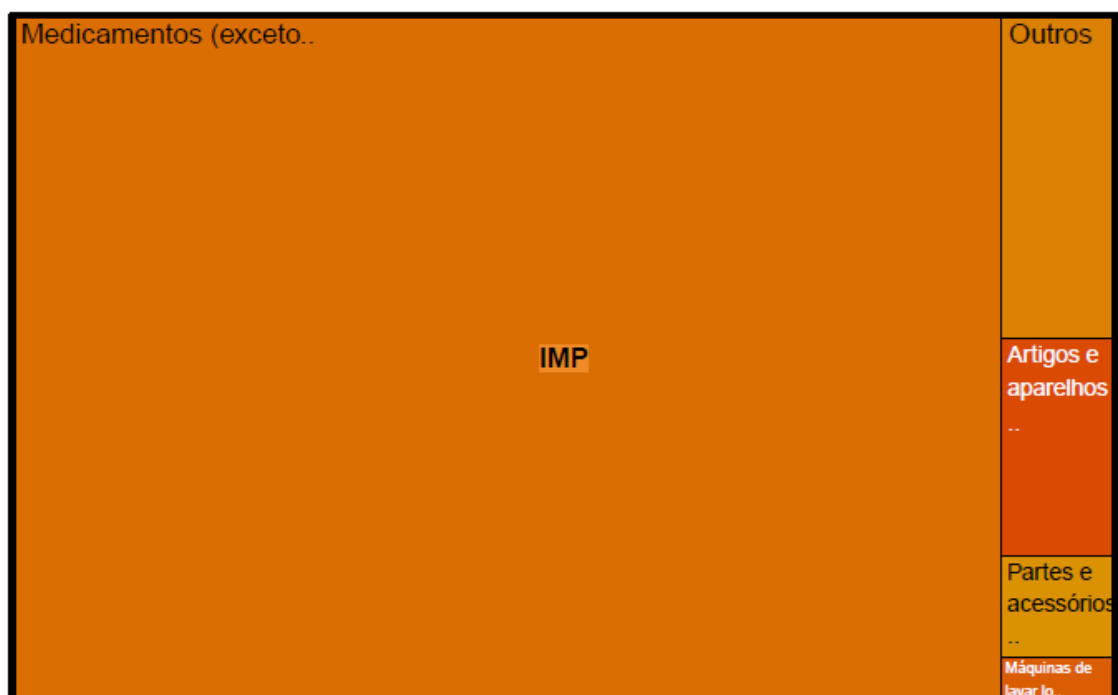
	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	19K (-64.9%)	54K (349.9%)	12K (-70.1%)	40K (-35.9%)	62K (-73.9%)
Importacoes	8M (13.60%)	7M (213.18%)	2M (-57.42%)	5M (-11.21%)	6M (36.96%)
Saldo	-7M (-214.2%)	-7M (-412.4%)	-2M (-142.7%)	-5M (-189.1%)	-6M (-243.8%)
Corrente	8M (13.0%)	7M (214.0%)	2M (-57.5%)	5M (-11.5%)	6M (30.9%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	237K (22 178.8%)	1K (-87.2%)	8K (21.8%)	7K (-25.4%)	9K (-23.5%)
Importacoes	4M (-21.18%)	5M (-13.43%)	6M (3.88%)	6M (52.04%)	4M (-20.58%)
Saldo	-4M (-174.2%)	-5M (-186.7%)	-6M (-203.9%)	-6M (-252.2%)	-4M (-179.4%)
Corrente	4M (-16.6%)	5M (-13.5%)	6M (3.9%)	6M (51.9%)	4M (-20.6%)

Principais produtos da pauta comercial em 2021



Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2021

Indústria de Transformação
IMP

Classificação Fator Agregado em 2021

PRODUTOS MANUFATURADOS
IMP

Classificação CGCE em 2021

BENS DE CONSUMO (BC)	BENS DE CAPITAL (BK)
IMP	

Classificação CUCI em 2021

PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	
IMP	
	OBRAS DIVERSAS